RESUMO

No Brasil, a educação é um direito de todos os indivíduos desde o século XX, porém as instituições escolares seguem um currículo pedagógico pautado em vertentes religiosas, raciais, classistas, machistas e heterossexuais. Existem poucos estudos que mapeiam a escolaridade e as violências sofridas por indivíduos LGBTQ+ dentro das escolas. Apesar de tal fato, este artigo visa, através de pesquisas em artigos acadêmicos, livros e outras fontes científicas, trazer recortes históricos de demandas educativas relacionados aos indivíduos LGBTQI+, além disso, o objetivo deste estudo foi relacionar tais demandas com os problemas enfrentados pela comunidade no acesso à educação de qualidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação, políticas educacionais, Movimento Social LGBT, sexualidade, gênero.

ABSTRACT

In Brazil, education is a right of all those abandoned since the 20th century, but as school institutions they follow a pedagogical curriculum based on religious, racial, classist, sexist and heterosexual aspects. There are few studies that map schooling and the violence suffered by belonging to LGBTQ + within schools. Despite this fact, this article aims, through research in academic articles, books and other scientific sources, to bring historical snippets of educational demands related to LGBTQI + products. In addition, the objective of this study was to relate these demands to the problems faced by community without access to quality education.

Keywords: Education, educational policies, LGBT Social Movement, sexuality, gender.

INTRODUÇÃO

Entender a diversidade sexual a partir do contexto sócio-histórico nos proporciona entender, que, diversas vezes, reproduzimos falas discriminatórias até mesmo sem percebermos. É importante compreendermos as questões de variedade sexual, que tão somente é pautada apenas na heterossexualidade como a única possibilidade de sexualidade (Butler, 2003).

O convívio no espaço escolar é uma das primeiras convivências sociais e é muito importante para desenvolver algumas características, como curiosidade e criatividade das crianças. Além disso, os alunos são motivados a pensar, argumentar, justificar, analisar, ter pensamentos críticos, entre outros.

Dessa forma, as instituições escolares são compostas por uma diversidade de indivíduos que pensam, interagem, ensinam e agem, portanto se faz indispensável o debate sobre diversidade. Como explica Silveira (2014), a pluralidade está atrelada ao cotidiano escolar, tanto no que se refere aos alunos quanto aos professores e os demais funcionários que formam uma escola.

Há muitos anos a homossexualidade deixou de ser tratado pela ciência como uma patologia de cunho sexual, apesar disso, ainda existem diversas questões que exigem avanços sociais, pois em grande número observa-se o estigma quando se referem aos indivíduos homoafetivos. Alguns estudos como o de Facchini (2004), Mello (2006) e Ramos e Carrara (2006) e outros, demonstram que a realidade para essa minoria indica restrição ao bem-estar social, o que significa que torna-se complexo o acesso à cidadania e à saúde.

As lutas sociais, a partir de diversas demandas baseadas em discursos de uma parcela da sociedade conhecida como "minorias", a escolarização e educação são um ponto focal significativo, seja por meio da inclusão desses indivíduos, organização de políticas públicas que garantem a presença desses indivíduos nas atividades sociais (Assis et. al, 2013).

Em análises de documentos oficiais, no que diz respeito à orientação sexual e educação sexual, devem participar no currículo de escolarização das crianças e jovens. Além de caminhar junto ao crescimento do indivíduo, de se conhecer, fala-se sobre a prevenção de doenças e gravidez inesperada. Preocupa-se também, com a imposição de identidades sexuais e de gênero sócio-culturais (Cesar, 2009).

Ao longo da história, a instituição escolar tem garantido a conservação da heterossexualidade como padrão, ainda que ressaltem a discussão intermitente sobre hierarquias de gênero. Nesse ponto de vista, os alunos LGBTQI+ seguem sendo marginalizados no ambiente escolar, e quando se trata de minorias dentro da comunidade, como na transexualidade, se torna ainda mais alarmante (Assis et al, 2013).

Tratamos aqui da instituição escolar, cuja intenção enquanto unidade republicana, é formar cidadãos para viver em sociedade. Também pode ser entendido como entidade política, visto que são políticas governamentais que regem as instituições.

Sendo assim, as escolas têm necessidade de ser contraditórias, ou seja, necessitam da discussão e renovação do cotidiano, bem como entender vivências de sociabilidade sem que haja uma valorização hierárquica entre elas. Conclui-se então que as instituições escolares são laboratoriais e não valorização da moral imposta (Prado et al, 2012).

A incriminação da convenção ideológica escolar definido pela inclinação histórica da manutenção de estruturas sociais conservadoras na qual a escola costuma a se inserir, começa a partir dos anos 80, quando os

psicólogos da área científica objetiva estudar reflexões a partir do conjunto de formação do indivíduo (Meira & Antunes, 2003).

Scott (1995), pontua que a visão de gênero é muitas vezes originada através de doutrinas, sejam elas religiosas, científicas, políticas, escolares e outras, esquecendo-se das particularidades de gênero. O debate sobre gênero e diversidade sexual dentro das escolas tem se tornado cada vez mais constante, principalmente sobre questões encontradas por alunos LGBTQ+, discussões que procuram subverter concepções excludentes desses indivíduos no ambiente escolar (Bello & Luzzi, 2009).

A homofobia está muito presente no cotidiano escolar entre os alunos, o que para o autor Bento (2008), esse aspecto nas relações sociais, considera que tal circunstância reproduz o fracasso escolar, que corrobora para a exclusão ou evasão dessa comunidade no ambiente escolar.

Em um estudo divulgado em 2009 Projeto de estudos sobre ações descriminatórias no âmbito escolar, feito pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas-USP (Fipe/MEC), revelou que as maiores vítimas dentro da escola sofrem homofobia, em seguida alunos negros, pobres, deficientes e outras condições.

A escola é, por definição, um lugar fundamental para a formação de cidadãos e sociabilidade de crianças, adolescentes e jovens. Como citado anteriormente, em outro estudo os autores Venturi e Bokani (2011) reafirmam a presença inquestionável da homofobia dentro das instituições escolares. Neste sentido, percebe-se que sua função social enquanto consolidadora de respeito e valorização de todos os indivíduos, fica prejudicada.

No que se refere à sexualidade e identidade, a natureza não desenvolve por si só o único papel responsável por comportamentos sexuais nem por identidade, outros fatores estão relacionados como sociedade, cultura e história em que o indivíduo está introduzido. Todos esses fatores corroboram para a binarização masculina ou feminina em que a sociedade está inserida.

Nesse sentido, Moreno (2003) explica que a instituição escolar tem como papel fundamental a formação do pensamento crítico e científico, esses fatores de encontro com dogmas conservacionistas de gênero e sexualidade, causam ideais equivocados de ciência. Em diversos momentos ao longo da história, o sexo é percebido apenas como ação reprodutiva, e portanto, limitada, prendendo-se ao sexo biológico-reprodutivo.

As reivindicações do movimento LGBTQI+ no contexto educativo de políticas públicas, após um longo processo, consolidaram-se junto ao movimento, cujas demandas são preliminarmente voltadas para saúde pública no combate à AIDS (Vianna, 2015).

Só nos anos 90, as escolas começaram a discutir sobre sexualidade e gênero na esfera de políticas públicas. Processos esses que foram articulados por demandas da comunidade LGBT que culminou no início de estudos acadêmicos na área, que eram extremamente escassos até então (Vianna, 2015).

O debate sobre combate a homofobia dentro das escolas e dos transexuais, conta com a formação de educadores preocupados em entender e desmistificar as identidades de gêneros, bem como conectar os papéis ativos, que são os movimentos sociais LGBT+, nas demandas de políticas públicas construindo por meio de editais do Ministério da Educação e o Programa Brasil Sem Homofobia um cenário mais positivo para essas crianças e adolescentes (Ferrari, 2004).

As condutas historicamente reconhecidas como heterossexuais, é definida como o padrão e por muitos, correta. Por isso, a manutenção da homofobia tem sido construída socialmente há décadas, apontando a importância de reconhecer a diversidade sexual e a variação de identidades de gênero. O educador, por sua vez, pode ser um protagonista das relações sociais dentro da escola, como sujeito ativo, qualificado para manifestar e transformar (Koehler, 2009).

A comunhão no espaço escolar é uma das primeiras convivências sociais e é muito importante para desenvolver algumas características, como curiosidade e criatividade das crianças. Além disso, os alunos são motivados a pensar, argumentar, justificar, analisar, ter pensamentos críticos, entre outros.

O foco do estudo é trazer um recorte das demandas de educação para indivíduos LGBTQ+, relacionando o papel dos movimentos sociais e suas conquistas perante ao Estado, bem como ressaltar a importância desta tratativa dentro das escolas.

DESENVOLVIMENTO

A construção dos direitos humanos, desde o princípio, compreende o direito à educação, como um programa moral, político e jurídico, formado a partir da sociedade moderna Ocidental, por consequência do sucesso vigente, expandiu-se para todo o mundo (Bragato, 2014).

O Brasil enquanto colônia, bem como outras sociedades latino-americanas, foram compostas por planejamentos políticos e econômicos baseados em racialização, opressão e imposição de gênero e padronização da sexualidade (Bortolini & Pimentel, 2018).

Na qualidade de sistema educacional brasileiro, a educação é um direito garantido para todos desde a constituição de 1934. Embora o termo seja definido como um direito "universal", existem evidentes aspectos históricos opressivos dominantes da cultura

cristã e escravocrata, reflexo de um sistema elitista e seletivo (Ranieri, 2018). Como aponta o autor Gentili (2009), as marcas deixadas por esses processos segregacionistas e excludentes desde a marginalização desde as escolas, refletem em uma sociedade extremamente desigual.

Em 1997, organizou-se uma agência no Brasil cujo nome é Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura [UNESCO], instituição reconhecida por outros países desde 1946 desde então dedica-se ao estudo dos jovens ao redor do mundo. Rapidamente a UNESCO ganhou espaço nas capitais do Brasil, e o objetivo principal era captar contribuições para entender as vivências e a realidade dos jovens, adolescentes e crianças brasileiras. Dessa forma, compreender desde as diversidades e comportamentos até as prevenções de doenças. A carga docente participativa foi de grande importância para entendimento e sugestões para ajustes pedagógicos (Ribeiro & Francino, 2007).

Em decorrência de demandas como o aumento de 75% do número de casos de AIDS entre os jovens de 13 a 19 anos em 1991, a evasão escolar de jovens e o suicídio decorrente de questões de gênero e sexualidade (Abramovay, 1991), gerou-se uma demanda iminente de compreensão desses temas dentro das escolas, com reivindicações pedagógicas para mediação entre sociedade e as novas demandas sociais.

O Ministério da Educação em conjunto com a UNESCO lançou em 2004, o programa

Coleção Educação para Todos, espaço reservado para disseminação de estudos, documentos, pesquisas acadêmicas, relatórios de eventos e outras atividades cuja finalidade é investigar e aprofundar o tema de educação para todos. Segundo o relatório Diversidade sexual na educação (2009), da UNESCO, o diálogo entre os gestores, educadores e demais interessados na educação formal e informal, é de extrema importância a formação desses autores na construção de aprendizagem que inclua jovens e adultos socialmente excluídos.

O relatório ainda divulga que a homofobia é responsável pela exclusão dos estudantes, comprometido também pela relação despreparada docente-estudante. A escola, por sua vez, lesada pela ligação complexa entre as partes, apresenta uma grande evasão escolar desta minoria. O que, inevitavelmente, dificulta a colocação no mercado de trabalho para estes jovens.

A heteronormatividade reproduzida por anos dentro das escolas, veladamente sendo construída e reafirmada, contribui para a discriminação e outras violências contra os indivíduos LGBTQ+. Esses temas devem ser debatidos, a omissão do tema dentro do espaço escolar corrobora com práticas homofóbicas (Louro, 2009). A manutenção de doutrinas, preconceitos e opiniões que fortalecem a violência contra indivíduos que não se encaixam no padrão normatizado, reconhecido como heteronormatividade (Louro, 2001).

Sendo assim, a omissão sobre a homofobia dentro da instituição escolar acabam demonstrando-se afirmativos em atos discriminatórios e violências frequentes contra minorias, acarretam na segregação e repúdio das minorias que não estão inclusos no padrão heteronormativo.

Koehler (2009) identifica em seu trabalho a complexidade tanto para analisar este tema, quanto para os educadores que precisam reconhecer temas como diversidade sexual, identidade de gênero e inclusão de minorias, pois é considerado um grande tabu, embora seja velada, a violência contra minorias ainda é bastante corrente.

Segundo o estudo estruturado pela UNESCO em 2009 para o Ministério da Educação, o anseio de combater a discriminação nas escolas fez-se necessário reconhecer as questões para enfrentar o problema. Aspirar por uma sociedade mais justa e solidária é construir através das escolas educadores e alunos a problematização no que se refere às injustiças sociais sobre raça, sexualidade, identidade de gênero, classe social e outros.

A sociedade compreende as escolas como uma instituição cujo papel é transformador e construtivo, baseado em transmitir conhecimentos e formar cidadãos. Porém, a escola também se consolida como um local de reprodução dos papéis sociais, emissão de valores, validação de comportamentos hierárquicos e outros processos que participam do reconhecimento dos alunos enquanto sujeito, identidade e sexualidade Perceber que os espaços educativos, historicamente, normatizaram tais condutas hostis, é fundamental para que o futuro da educação seja mais justo e sem marginalizações (Junqueira, 2009).

A primeira relação entre educação e sexualidade de crianças e jovens no Brasil ocorreu por volta de 1920. Para médicos, cientistas e profissionais da educação os temas como sexo e sexualidade eram considerados e estudados. Em 1922, Fernando Azevedo, um renomado cientista da época que se dedicava ao sistema educacional brasileiro, ressaltou o tema como de extrema relevância para o "Interesse moral e higiênico do indivíduo" e para o "interesse da raça humana" (Marques, 1994).

Ao longo dos anos, o tema da sexualidade se tornou cada vez mais fundamental para a educação brasileira. A demanda sobre a compreensão de sexualidade, práticas sexuais, doenças sexualmente transmissíveis e outros debates, aumentaram de acordo com o crescimento de adesão aos movimentos sociais como o movimento gay, étnico-racial, feminista e a luta pelos direitos civis trouxeram à tona a relevância do tema durante o processo de escolarização.

Um pouco antes do golpe feito pelos militares em 1964, o Brasil passava por um período de aprimoramento pedagógico, neste momento, questões sociológicas e filosóficas entraram nas pautas escolares, tais conteúdos também tratavam de educação sexual de maneira mais social e sistematizada. Tal proposta foi retirada da estrutura pedagógica durante o período do regime militar (César, 2009).

Anos depois, a epidemia de HIV trouxe novamente grande necessidade de informações sobre sexualidade e práticas sexuais, trazendo à tona a importância da educação sexual como prevenção. A discussão acerca do tema revelou ao sistema de educação brasileiro a relevância da educação sexual relacionado a problemas sociais e de saúde que surgem a partir da desinformação.

Em 2008, ocorreu a primeira Conferência Nacional LGBT, onde nasceram diversas demandas da comunidade, o que mais tarde originou o Programa Nacional. Este programa cuja uma das finalidades era expandir a agenda de políticas públicas no que se refere à identidade sexual e de gênero (Daniliauskas, 2011).

O Estado, a partir das demandas da agenda definiu que a educação tem função estratégica, pois os programas assumem o papel das escolas como um dos principais agentes no combate à violência, discriminação e exclusão dos indivíduos LGBT, enquanto minorias. Para que exista a garantia do direito à educação, é inevitável que as escolas livrem-se de preconceitos de sexualidade e de gênero, bem como os demais preconceitos, pois só assim, se reconhece nas escolas uma plataforma para a ascensão dos direitos de pessoas LGBTQI+.

Atualmente, no que tange ao sistema educacional, são várias instâncias que participam e determinam o que será adotado, os Conselhos de Educação, movimentos sociais e também o Estado. O Estado, por sua vez, é representado por

Secretarias de Educação à nível estaduais e municipais e o Ministério da Educação. Todos esses atores sociais discutem calorosamente ano após ano as demandas que se referem à sexualidade.

Evidentemente, tais metas do Governo Federal e Estadual exige mudanças na gestão escolar, realidade pedagógica e currículos escolares. Tais transformações não têm impacto somente a curto prazo, e sim para além das escolas acompanharem a sociedade a longo prazo. Reformas como essas exigem diversos projetos continuados, como o incentivo à pesquisa científica e políticas públicas específicas (Fernandes, 2011).

Dentro da própria comunidade existe grande divergência no nível de escolaridade dos indivíduos, deixando evidente que embora existam projetos que procuram viabilizar o acesso à educação de qualidade, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

Um levantamento feito pelo Programa Transcidadania, ação da Prefeitura de São Paulo, afirma que 71% dos transexuais relataram ter abandonado a escola aproximadamente aos 15 anos de idade, enquanto 24% relataram ter abandonado os estudos entre os 11 e 14 anos, os 5% restantes relataram ter deixado a escola entre os 7 e os 11 anos. Em relação aos motivos da evasão, 45% disseram que a transfobia foi o principal motivo para o abandono dos estudos, 33% disseram que abandonaram os estudos para trabalhar e 17% por hostilidade familiar (Concilio et al, 2017). Vale ressaltar que o estudo em questão não atinge a totalidade de transexuais e travestis que vivem no país.

Este ponto é relevante ressaltar que é substancial estudos, pesquisas, projetos e levantamentos intersecionais que busquem compreender as diferentes formas de discriminação dentro da própria população LGBTQI+, para que dessa forma seja possível direcionar soluções representativas.

A presença de atores diferentes da sociedade, como pesquisadores, ativistas, profissionais da educação e gestores comprometidos na construção dessas políticas são os principais responsáveis por uma educação inovadora.

Como explica o autor Freire (1996), a educação é o direito do indivíduo de ser sujeito e não objeto, através de uma pedagogia que instrui a liberdade e autonomia, e não para subordinação moral política. Portanto, a educação para pessoas da comunidade LGBTQI+ é, acima de tudo, um direito livre da reafirmação de padrões sociais que buscam a heteronormatização, racial e classista da sociedade, que ainda está entranhado nos currículos escolares do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo permitiu identificar que não existem dados estatísticos que demonstram a dificuldade de indivíduos LGBTQ+ em ter acesso à educação e a violência sofrida por eles dentro do ambiente escolar. Nesse contexto, para entendermos que se trata de uma parte da população omitida, é necessário mapear os poucos estudos quantitativos e qualitativos sobre a comunidade, o que permite compreender que parte da trajetória educacional destes indivíduos é afetada, seja por despreparo escolar, preconceitos sociais, familiares e outros motivos.

Em outros aspectos foi possível verificar que, embora de maneira lenta e a mercê de políticas vigentes, existem projetos inovadores cuja finalidade é garantir a participação da comunidade LGBTQI+ do sistema educacional do Brasil, para que a longo prazo os estudos e pesquisas vinculados à comunidade não exibam

números alarmantes de baixo nível de escolaridade, violências contra minorias e aumento da expectativa de vida desses indivíduos.

Embora este estudo tenha citado as demandas e conquistas ao longo dos anos para a comunidade, compreende-se que existe um enorme caminho a ser percorrido, visto que os números citados pelo próprio estudo aponta um número preocupante de indivíduos LGBTQI+ com baixo nível escolar.

REFERÊNCIAS

Abramovay, M., 2004.(Org.). Juventudes e Sexualidade. Brasília: UNESCO. Brasil.

Assis, C.; Duarte, M.R.; Sierra, A.C., 2013. Governamentalização do Estado, movimentos LGBT e escola: capturas e resistências. Educação, vol. 36, núm. 2, pp. 192-200. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.

Bello, M.C.; Luzzi, J., 2009. Gênero e diversidade sexual na escola: da exclusão social à afirmação de direitos. A experiência do núcleo de gênero diversidade sexual da secretaria de estado da educação do paraná. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9., 2009, Curitiba. Anais.

Bento, B.A.M., 2008.. O que é transexualidade. São Paulo; Brasiliense, Brasil.

Bortolini, A.; Pimentel, T., 2018.Direito à educação de pessoas LGBT. Revista Científica de Direitos Humanos, v. 1, n. 1, p. 82 a 104.

Bragato, F. F., 2014. Para além do discurso eurocêntrico dos direitos humanos: contribuições da descolonialidade. Revista Novos Estudos Jurídicos, v. 19, n. 1, p. 201-230.

Butler, G.R., 2003. Tráfico sexual: entrevista. Cadernos Pagu, 21. p 157-209. Prefeitura Municipal de Belo Horizonte - MG. Brasil.

Cesar, M.R.A., 2009. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma "epistemologia". Educar em Revista, Curitiba, n. 35, p. 37-52.

Concilio, I. L, Amaral, Silveira, P. M., 2017. Transcidadania: práticas e trajetórias de um programa transformador. São Paulo: Prefeitura Municipal, Koinonia Presença Ecumênica.

Daniliauskas, M., 2011. Relações de gênero, diversidade sexual e políticas públicas de educação: uma análise do programa Brasil sem homofobia. Dissertação (Mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP.

Facchini, R., 2004. Mulheres, diversidade sexual, saúde e visibilidade social. In:

RIOS, L.; ALMEIDA, V.; PARKER, R.; PIMENTA, C. & TERTO JR, V. (Orgs.), Homossexualidade: produção cultural, cidadania e saúde. (pp. 34-43). Rio de Janeiro: ABIA.

Ferrari, A., 2004. Revisando o passado e construindo o presente: o movimento gay como espaço educativo. Revista Brasileira de Educação, Campinas, n. 25, p. 105-115.

Freire, P. 1996. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra.

Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas-USP e Ministério da Educação, 2009.

Pesquisa Nacional Diversidade na Escola. Disponível em: >http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/sumario_diversidade.pdf< acesso em: 20 dez 2020

Gentili, P., 2009. O direito à educação e as dinâmicas de exclusão na América Latina. Educação & Sociedade, v. 30, n. 109, p. 1059-1079.

Junqueira, R.D., 2009. Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Relatório UNESCO. Coleção Educação para Todos. Unesco Library. Disponível em: >https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000187191?posInSet=2&queryId=fb712c 92-4ac9-4fae-8c53-b4af21a9c5dd< Acesso em: 28 nov 2020.

Koehler, S. M. F., 2009. Representação social da homofobia na cidade de Lorena/SP. Revista Diálogo Educacional, 9(28),587-604.

Louro, G. L., 2001. Teoria queer: Uma política pós-identitária para a educação. Revista Estudos Feministas (Florianópolis), 9(2),541-553.

Louro, G. L., 2009. Heteronormatividade e homofobia. In R. D. Junqueira (Ed.),

Diversidade sexual na Educação: Problematizações sobre a homofobia nas escolas (pp. 85-94). Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

Meira, M.E.M.; Antunes, M.A., 2003. Apresentação.Psicologia escolar: teorias críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, p. 7-12.

Mello, L., 2006. Familismo (anti)homossexual e regulação da cidadania no Brasil. Revista Estudos Feministas, 14 (2), p. 497-508.

Prado, A.M.M.; Martins, D.A.; Rocha, L.T.L., 2012. O litígio sobre o impensável: escola, gestão dos corpos e homofobia institucional. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 3, n. 04, pp. 209-232.

Ramos, S.; Carrara, S., 2006. A constituição da problemática da violência contra homossexuais: a articulação entre ativismo e academia na elaboração de políticas públicas. Physis, 16 (2), pp. 185-205.

Ranieri, N. B. S., 2018. Educação obrigatória e gratuita no Brasil: um longo caminho, avanços e perspectivas. In: RANIERI, Nina Beatriz Stocco; ALVES, Ângela Limongi Alvarenga (Orgs.). Direito à educação e direitos na educação em perspectiva interdisciplinar. São Paulo: UNESCO/USP.

Ribeiro, A.R.M; Francino, A.C., 2007. A leitura que se faz da homossexualidade na es-

cola: ausência de conhecimento sobre a diversidade sexual. Associação de Leitura do Brasil. Anais 16.

Venturi, G.; Bokany, V., 2011. Diversidade sexual e homofobia no Brasil: intolerância e respeito às diversidades sexuais. São Paulo: Fundação Perseu Abramo. SP-Brasil.

Vianna, C. P., 2015. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806.

A RELEVÂNCIA DO TRABALHO COM A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

LILIAN FABRI SAMPAIO

RESUMO

Este artigo tem como objetivo esclarecer como a ludicidade contribui na aprendizagem e conhecimento da criança, pois possibilita criatividade, interação social e crescimento sadio através do relacionamento entre o grupo desenvolvendo seu potencial cognitivo, motor e social. Ademais, o lúdico é um instrumento metodológico que possibilita as crianças a terem uma aprendizagem significativa através do relacionamento com os outros, assim promove maior desenvolvimento cognitivo, motor, social e afetivo. E, por meio das atividades lúdicas o professor possibilita um crescimento permanente do conhecimento auxiliando o aluno a ter confiança e espírito, crítico sobre a atividade. As atividades lúdicas são: a essência da infância assim proporciona a interação social, a criatividade e a imaginação da criança contribuindo no processo de ensino aprendizagem da mesma. Os aspectos abordados neste artigo foram levantados por meio de pesquisas bibliográficas acerca do tema proposto.

Palavra-chave: Educação; Infantil; Desenvolvimento.

INTRODUÇÃO

Os jogos e as brincadeiras são fontes inesgotáveis de interação lúdica e afetiva. Para uma aprendizagem eficaz é preciso que o aluno construa o conhecimento, assimile os conteúdos. E o jogo é um excelente recurso para facilitar a aprendizagem (FANTACHOLI [s/d p.6).

De acordo com Silva (2012, p.10), as brincadeiras e os jogos são imprescindíveis no desenvolvimento da criança, tornando-se atividades adequadas no processo de ensino e na aprendizagem significativa dos conteúdos curriculares. Pois, possibilita o exercício da concentração, da atenção e da produção do conhecimento.

Segundo Violada (2011, p. 1), as brincadeiras e os jogos são sem dúvida a forma mais natural de despertar na criança a atenção para uma atividade. Os jogos devem ser apresentados gradativamente: por meio de o simples brincar, aprimorar a observação, comparação, imaginação e reflexão.

Tanto os jogos como as brincadeiras ensinam regras, despertam a atenção desenvolvem as características pessoais, sociais e culturais da criança e também colaboram para a saúde mental facilitando a socialização, comunicação e expressão das crianças.

Porém para que os jogos e brincadeiras tenham sucesso na sua aplicação é necessária a mediação do professor que precisa planejar suas atividades com objetivos pré-estabelecidos a serem alcançados.

A escrita deste artigo tem por objetivo proporcionar a visualização da importância dos jogos e brincadeiras trabalhados de forma lúdica na educação infantil através da mediação do professor. O tema escolhido é pertinente, porque através dele pode-se desmistificar o trabalho do lúdico dos jogos e brincadeira na aprendizagem das crianças da educação infantil.

A RELEVÂNCIA DO TRABALHO COM A LUDICIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL

O lúdico na educação infantil é de fundamental importância, porque proporciona uma aprendizagem interativa e prazerosa, pois através do mesmo a criança aprende brincando.

O lúdico tem sua origem na palavra latina "ludus" que quer dizer "jogo". Se achasse confinado a sua origem, o termo lúdico estaria se referindo apenas ao jogar, ao brincar, ao movimento espontâneo. O lúdico passou a ser reconhecido como traço essencial de psicofisiologia do comportamento humano. De modo que a definição deixou de ser o simples sinônimo de jogo. As implicações da necessidade lúdica extrapolaram as demarcações do brincar espontâneo (FERREIRA; SILVA RESCHKE [s/d], p.3).

Soares (2010, p. 18) esclarece que as atividades lúdicas estão presentes em todas as classes sociais, crianças de várias idades brincam, se divertem através da ludicidade.

O lúdico promove a aprendizagem e favorece o desenvolvimento físico intelectual e social da criança, ou seja, possibilita um desenvolvimento real, completo e prazeroso.

A atividade lúdica é muito viva e caracteriza-se sempre pelas transformações, e não pela preservação, de objetos, papéis ou ações do passado das sociedades [...]. Como uma ati-

vidade dinâmica, o brincar modifica-se de um contexto para outro, de um grupo para outro. Por isso, a sua riqueza. Essa qualidade de transformação dos contextos das brincadeiras não pode ser ignorada. (FRIEDMANN, 2006, p. 43).

Como cita a autora acima as atividades lúdicas são extremamente dinâmicas, pois o brincar as crianças interagem entre si e com isso aprendem de maneira significativa.

Segundo Santos (2002, p. 12) o lúdico facilita a aprendizagem, o desenvolvimento pessoal, social e cultural, colabora para uma boa saúde mental, prepara para um estado interior fértil, facilita os processos de socialização, comunicação, expressão e construção de conhecimento.

Pelo exposto acima se entende que as atividades lúdicas divertem e proporcionam descobertas através de estímulos propostos pelo professor que institui regras e posicionamentos para desenvolver os jogos e brincadeiras de forma criativa e divertida.

As atividades lúdicas são muito mais que momentos divertidos ou simples passatempos e, sim, momentos de descoberta, construção e compreensão de si; estímulos à autonomia, à criatividade, à expressão pessoal. Dessa forma, possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de aspectos importantes para a construção da aprendizagem. Possibilitam, ainda, que educadores e educando se descubram, se integrem e encontrem novas formas de viver a educação (PEREIRA, 2005, p. 20).

De acordo Pereira (2005) que as atividades lúdicas desenvolvem vários aspectos no processo de aprendizagem da criança dentre eles podemos elencar a atenção, a memorização e imaginação que são de fundamental importância para o ensino de qualidade.



Fonte: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-praticas/aprofundamentos/198-o-lugar-do-ludico-na-educacao-infantil

As contribuições das atividades lúdicas no desenvolvimento integral indicam que elas contribuem poderosamente no desenvolvimento global da criança e que todas as dimensões estão intrinsecamente vinculadas: a inteligência, a afetividade, a motricidade e a sociabilidade são inseparáveis, sendo a afetividade a que constitui a energia necessária para a progressão psíquica, moral, intelectual e motriz da criança (NEGRINE, 1994, p.19).



Fonte: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/implementacao/praticas/caderno-praticas/aprofundamentos/198-o-lugar-do-ludico-na-educacao-infantil

Segundo Ribeiro (2013, p.1) o lúdico promove uma alfabetização significativa a prática educacional.

Para que o lúdico auxilie na construção do conhecimento é necessário que o professor faça a mediação da atividade planejada por ele e estabeleça os objetivos para que a brincadeira tenha um caráter pedagógico promovendo dessa maneira interação social e o desenvolvimento intelectual.

Segundo Kishimoto (1996 p. 83), ao permitir a manifestação do imaginário infantil por meio de objetos simbólicos dispostos intencionalmente a função pedagógica subsidia o desenvolvimento integral da criança.

Compreende-se que ao trabalhar o imaginário da criança na educação infantil o lúdico desenvolve a criatividade através dos objetos pré-dispostos de maneira intencional.

O lúdico como método pedagógico prioriza a liberdade de expressão e criação. Por meio dessa ferramenta, a criança aprende de uma forma menos rígida, mais tranquila e prazerosa, possibilitando o alcance dos mais diversos níveis do desenvolvimento. Cabe assim, uma estimulação por parte do adulto/professor para a criação de ambiente que favoreça a propagação do desenvolvimento infantil, por intermédio da ludicidade (RIBEIRO 2013, p.1).

Matos (2013, p. 139), explica que a ludicidade é uma ferramenta muito importante para a formação das crianças, pois é através dela que a criança desenvolve seu saber, seu conhecimento e sua compreensão de mundo.



Fonte: https://pedagogiaaopedaletra.com/o-ludico-na-educacao-infantil/

De acordo com Pereira (2005) que as ati-

vidades lúdicas desenvolvem vários aspectos no processo de aprendizagem da criança dentre eles podemos elencar a atenção, a memorização e imaginação que são de fundamental importância para o ensino de qualidade.

A atividade lúdica funciona como um elo entre os aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais, na educação infantil por isto a partir do brincar, a criança desenvolve à aprendizagem, através do desenvolvimento social, cultural e pessoal, contribuindo para uma vida saudável tanto física como mental.

As atividades lúdicas auxiliam no processo de aprendizagem do aluno na educação infantil, pois trabalham a atenção, a imaginação, os aspectos motores e sociais, visando o pleno desenvolvimento da criança que aprende de forma significativa tornando o ensino de qualidade.



Fonte: https://blog.estantemagica.com.br/projeto-ludico-na-educacao-infantil/

Almeida (2008, p.34), afirma que as atividades lúdicas como recursos da prática educativa devem estar presentes no cotidiano das salas de aula da Educação Infantil visando não só o desenvolvimento emocional dos alunos, como também a compreensão por parte dos educadores sobre os limites e as possibilidades de trabalhar as questões afetivas no contexto escolar.

Na Educação Infantil, o lúdico é importante para o crescimento das crianças, inclusive intelectualmente, pois as brincadeiras trazem consigo "um brincar compromissado com a qualidade de vida da criança" (MEYER, 2008, p. 22).

Segundo Horn (2004, p.24), o lúdico, ou seja, as brincadeiras jogos e brinquedos, na Educação Infantil são de suma importância para o desenvolvimento das crianças, pois são atividades primárias, as quais trazem benefícios nos aspectos físico, intelectual e social.

A ludicidade, tão importante para a saúde mental do ser humano é um espaço que merece a atenção dos pais e educadores, pois é o espaço para expressão mais genuína do ser, é o espaço e o direito de toda a criança para o exercício da relação afetiva com o mundo, com as pessoas e com os objetos (FERREIRA; SILVA RESCHKE [s/d], p.6).

O lúdico representa para a criança um meio de comunicação e prazer que ela domina ou exerce em razão de sua própria iniciativa (SOUZA 2015, p.1). E, segundo Kishimoto (1996 p.24) por meio de uma aula lúdica, o aluno é estimulado a desenvolver sua criatividade e não a produtividade, sendo sujeito do processo pedagógico.

O lúdico é considerado um meio de comunicação e por isto estimula a criatividade, a expressão e a espontaneidade, pois trabalha a imaginação e auxilia na aprendizagem significativa.

No processo de ensino aprendizagem é fundamental valorizar o lúdico, pois para a criança o mesmo é espontâneo e permiti sonhar, fantasiar e realizar desejos como crianças de verdade.

Souza (2015, p.2), explica que o lúdico é uma linguagem importante e expressiva que possibilita conhecimento de si, do outro, da cultura e do mundo, sendo um espaço genuíno de aprendizagens significativas.

E, por meio do lúdico o aluno é despertado para o desejo do saber, ou seja, do aprender desenvolvendo sua personalidade, pois cria conceitos e relações lógicas de socialização o que é de suma importância para seu desenvolvimento pessoal e social.

Assim, como Kishimoto (1996 p.24) esclarece que por meio do lúdico o aluno desperta o desejo do saber, a vontade de participar e a alegria da conquista.

E, Ferreira; Silva Reschke ([s/d], p.7) explicam que o lúdico possibilita o estudo da relação da criança com o mundo externo, integrando estudos específicos sobre a importância do lúdico na formação da personalidade.

A sua prática exige a participação franca, criativa, livre, crítica, promovendo a interação social e tendo em vista o forte compromisso de transformação e modificação do meio (ALMEIDA, 2008, p.41).

Oliveira (2013, p. 18), esclarece que o lúdico dentro do processo educativo pode construir-se numa atividade muito rica, na medida em que professores e alunos interagem construindo conhecimentos e socializando-se.

Na educação infantil o processo de ensino é de suma importância, porque desenvolve a coordenação motora, a imaginação, a socialização e consequentemente a aprendizagem.

E, a Educação infantil e o lúdico se completam, pois o brincar está diretamente ligado à criança, porque o brincar desenvolve os músculos, a mente, a sociabilidade, a coordenação motora e além de tudo deixa qualquer criança feliz (MALUF, 2003, p.19).

Para que as atividades lúdicas tenham significado é necessário a mediação do professor que precisa ser planejada de maneira a entrar no mundo imaginário da criança.

É preciso dinamizar as atividades lúdicas e, transformar o brincar em trabalho peda-

gógico, saber entrar no mundo imaginário da criança, no seu sonho, no seu jogo e aprender a jogar com ela (CORREA; BENTO [s/d], p.5).

O ensino absorvido de maneira lúdica passa a adquirir um aspecto significativo e afetivo no curso do desenvolvimento da inteligência da criança, já que ela se modifica de ato puramente transmissor a ato transformador (CARVALHO, 2003, p. 28).

O lúdico é uma característica fundamental do ser humano, do qual a criança depende para se desenvolver. Para crescer, brincar e para se equilibrar frente ao mundo precisa do jogo. Aprender brincando tem mais resultados, pois a assimilação infantil adapta-se facilmente à realidade (PIAGET apud SANTOS, 2001, p. 173).

Assim, o ensino por meio das atividades lúdicas é significativo, pois a criança aprende brincando sem cobranças e de regras, que proporcionam conhecimento.

CONCLUSÃO

A proposta da atividade lúdica, através de um planejamento da aula é de suma importância, pois proporciona concentração isto favorece assimilação dos conteúdos com naturalidade.

E, o lúdico não é o único instrumento para a melhoria do ensinoaprendizagem, mas é uma ponte que auxilia na melhoria dos resultados por parte dos professores interessados em proporcionar mudanças.

Assim, o este é um poderoso instrumento dos professores para a aprendizagem dos alunos, porém para que seja alcançado o objetivo desta metodologia tão importante na educação infantil é necessário uma dosagem entre a utilização do mesmo na obtenção dos objetivos, ou seja a aprendizagem significativa e de qualidade. As atividades lúdicas são: a essência da infância assim proporciona a interação social, a criatividade e a imaginação da criança contribuindo no processo de ensino aprendizagem da mesma.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica. São Paulo: Loyola, 1994.

ALMEIDA, Aline Marques da Silva. A importância do lúdico para o desenvolvimento da criança 13/10/2014. Disponível em:

http://www.seduc.mt.gov.br/Paginas/A-import%C3%A2ncia-do-l%C3%BAdicopara-o-desenvolvimento-da-crian%C3%A7a.aspx. Acesso em: 24 de ago de 2022.

ALMEIDA, Paulo Nunes de. Educação lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo, SP: Loyola, 2008.

CHÂTEAU, J. O jogo e a criança. São Paulo: Summus, 1987.

CARVALHO, A.M.C. ET al. (Org.). Brincadeira e cultura: viajando pelo Brasil que brinca. Vol. 1 e 2. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003.

CORRÊA, Leidniz Soares ; BENTO, Raquel Matos de Lima . A importância do lúdico para a aprendizagem na educação infantil [s/d]. Disponível em: http://unijipa.edu.br/media/files/54/54_218.pdf. Acesso em: 24 de ago de 2022.

CUNHA, Nylce Helena Silva. Brinquedoteca: um mergulho no brincar. São Paulo: Vetor, 2001.

FANTACHOLI, Fabiane Das Neves. O Brincar na Educação Infantil: Jogos, Brinquedos e Brincadeiras – Um Olhar Psicopedagógico. Disponível em: http://revista.fundacaoaprender.org.br/?p=78. Acesso em: 24 de ago de 2022.

FREIRE, J.B. Educação de Corpo Inteiro: Teoria e Prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 1991.

FRIEDMANN, Adriana et al. O direito de brincar: a brinquedoteca. São Paulo: Scritta, 1992.

FRIEDMANN, Adriana. Brincar, crescer e aprender: o resgate do jogo infantil. São Paulo: Moderna, 1996.

GARCIA, Eduardo Alfonso Cadavid. Manual de sistematização e normalização de documentos técnicos. São Paulo: Atlas, 1998.

GIL, Antônio Carlos. Como Elaborar Projetos de Pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002.

HORN, Maria da Graça de Souza. Sabores, cores, sons, aromas. A organização dos espaços na educação infantil. Porto Alegre: Artmed, 2004.

KISHIMOTO, Tizuco Morchida. Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação. 7 ed. São Paulo: Cortez, 1996.

LISBOA. Monalisa. A importância do lúdico na aprendizagem, com auxílio dos jogos. [s/d], Disponível em: http://brinquedoteca.net.br/?p=181. Acesso em: 24 de ago de 2022.

LIMA, Marilene. Brincando na sala de aula. Revista do professor, Porto Alegre, v. 20, n. 78, p. 5-7, abr./jun. 2004.

LUCKESI, Cipriano Carlos.(org) Educação e Ludicidade. Salvador UFBA/FACED, 2000.

MALAQUIAS, Maiane Santos ; RIBEIRO, Suely de Souza. A Importância do

Lúdico no Processo de Ensino-Aprendizagem no Desenvolvimento da Infância. 2013. Disponível em https://psicologado.com/atuacao/psicologiaescolar/a-importancia-do-ludico-no-processo-de-ensino-aprendizagem-no-desenvolvimento-da-infancia. Acesso em: 24 de ago de 2022.

MALUF, Ângela Cristina Munhoz. Atividades lúdicas para Educação Infantil: